

CORPO TRANS E EXPERIÊNCIA DE SI: UMA AGONÍSTICA DA DIFERENÇA SEXUAL

S. L. C.
G. D. da C.

Universidade Federal do Pará, costagilcilene@gmail.com, silvanech@yahoo.com.br

Resumo

A partir das contribuições da teorização foucaultiana e *queer*, este artigo traz algumas problematizações acerca da escrita sobre diferença sexual, desde o discurso que a formula como sexualidade *periférica*, transitando pelo processo de homogeneização, de reinscrição da diferença na polarização fundada em díades e de seu silenciamento. Destaca ainda o legado do colonialismo em tal produção, dando ênfase à verdade produzida historicamente sobre o corpo e o sexo, inclusive pelo discurso científico. Fala do corpo *trans* e de seu potencial disruptivo ao colocar em labirinto noções tradicionais de masculino e feminino, tratando-o como um intercessor, cuja experiência traz à cena uma contra-imagem capaz de subverter normatividades por carregar em si uma verdade explosiva e selvagem, cínica, e de promover outros ensaios de existir. Evidencia a experiência *trans* como uma existência ambígua e fronteiriça, com possibilidade de transfiguração pela mescla, recriando sua singularidade no próprio corpo. É uma ferramenta capaz de constituir uma micropolítica de resistência, provocando-nos a pensar a existência como *perspectiva-em-devir*. Por fim, fala da agonística dessa vivência no *entre*, de modo que sua metamorfose assume um *valor coletivo*, considerando que todos os corpos são constrangidos a enquadramentos e idealizações fabricados. Trata-se de um corpo fronteiriço, que em sua agonística desnuda territorialidades forçadas, fazendo calar os discursos que sobre ele se debruçam por ser ele mesmo uma linguagem que fala antes de qualquer palavra, contribuindo assim para a *produção de um outro de nós mesmos*.

Palavras-chave: pedagogia do corpo, experiência transexual, diferença.

Os holofotes colocados sobre questões ligadas à sexualidade nos tempos atuais nos instiga a suspeitar da visibilidade posta. Atentas a essa “demanda”, julgamos relevante dar atenção ao processo de construção discursiva das sexualidades, assim como de seus efeitos (FOUCAULT, 1988). Embora esse tema já tenha sido explorado exaustivamente por diferentes campos de saber, insistimos em colocá-lo em pauta por entendermos que a sexualidade dita dissidente é uma dimensão da diferença sexual em que pulsa uma tensão entre incitação e silenciamento. A dispersão e a proliferação de discursos sobre a sexualidade, assim como a emergência de vivências não-normativas desde o final do século XVIII, não implicou em liberação. Conforme observa Foucault (1988), há um caráter cambiante com que poder exercido se desdobra, recorta, movimenta-se estrategicamente e põe em ação uma nova economia geral dos discursos.

Em intersecção entre a teorização foucaultiana e a *queer*, pautamos o questionamento do próprio gesto explicativo adotado por parte da epistemologia sobre sexualidade, colocando em suspeição a visibilidade que lhe é atribuída, se não tem efetivamente se constituído em promoção de invisibilização destas diferentes vivências por operar por dentro de um sistema cuja captura e produção do “corpo abjeto” foi por longo tempo enquadrada sob a categoria *homossexualidade*.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

Podemos dizer que tal categoria tornou-se representativa das múltiplas manifestações das sexualidades ditas dissidentes, sendo aqui entendida como objeto gerado pelo poder para dar suporte a seus regimes regularizadores e que tem como desdobramento a produção da *identidade homossexual*, funcionando na economia discursiva da política de enunciados sobre o sexo como categoria depurada rigorosamente, (re-) inscrita no vocabulário autorizado, de modo que após incessante e longo uso, ganhou estabilidade, tornando-se a categoria de inteligibilidade ou lugar da sexualidade “não-hegemônica”, periférica.

Trata-se de uma injunção ao silêncio e de reinscrição da diferença sexual a partir da lógica polarizada *homo-hetero* e das formulações daí decorrentes, a exemplo da polarização entre normatividades identitárias. Tributária de uma epistemologia fundada em díades, a formulação binária e interdependente homo-heterossexual foi naturalizada, reinscrevendo “incessantemente uma hierarquia que privilegia e reitera a ordem heterossexual, desprezando e subordinando sujeitos homo-orientados” (MISKOLCI, 2009, p. 332). A regulação e o controle operam como princípios formadores de identidade, tornando-a visível e “inteligível”. Assim, a diferença torna-se ‘dizível’, pronunciável, a partir dessa ‘inteligibilidade’. A construção de polarizações institui o apagamento das diferenças.

Outro lugar marcado pelo silenciamento é o denominado processo transexualizador por entendermos que carrega o legado do colonialismo e seu hábito etnocêntrico de construir o *Outro* como objeto de opressão que requer apoio, instituindo uma relação paternalista, na medida em que as formulações das ciências *psi*, do saber médico e do jurídico lançam sobre as *pessoas trans* um olhar que as objetiva, instituindo um monólogo da “razão” *sobre* alguém destituído de fala, momento a partir do qual tal relação passa a ser definida a partir da universalidade abstrata da ‘disforia’, de viés patologizante.

Mas é preciso dizê-la, a diferença, em outros termos. Considerando que a noção de corpo tradicionalmente nos situa em uma posição de sujeito comumente prescrita por uma lógica binária e excludente, temos como efeito uma delimitação rigorosa da fronteira no próprio corpo dos atributos “próprios” ao masculino ou ao feminino, espaço em que a ambiguidade torna-se inconcebível à inteligibilidade naturalizada, marcada pela relação corpo-sexo-desejo, inscrita, segundo essa lógica, compulsoriamente no roteiro masculino (leia-se: homem-pênis-heterossexual) ou feminino (leia-se: mulher-vagina-heterossexual). Uma verdade contingenciada, por certo.

Há contingências de toda ordem na composição da arquitetura dos corpos. A invenção de novas formas de legibilidade do corpo foi constituída a partir de deslocamentos nos campos de

saber e pela criação de novas epistemologias, desdobramentos e rearticulações políticas, sociais, históricas, reiterados por convenções morais e linguísticas que vinculam a genitália à definição do gênero e à fixação da existência de identidades fixas que tem como fundamento o corpo-sexo. Um discurso que antecipa e prescreve à subjetivação quais modos de existir são “legítimos”, criando um efeito de verdade que os sujeita ao par binário como referência, fundamento, valor.

É nesse sentido que Laqueur (2002) fala de “corpos construídos discursivamente” e do sexo enquanto produção específica, contextual, situacional, compreensível em um contexto de luta sobre gênero e poder, contexto em que o saber médico assume o protagonismo na definição e legitimação do que é verdadeiro, produzindo uma diferenciação radical fundada no modelo dimórfico, o qual reserva ao pênis, à vagina e aos seios um estatuto de verdade, um signo da essência de caráter ontológico. Isso provocou um deslocamento no discurso que antes atuava em uma aproximação entre questão jurídica e corpo, passando a partir de então a legitimar a presença de dois sexos irreconciliáveis e opostos, fundado na biologia, processo que produz a legitimação desse modelo pelo discurso científico, elevando-o ao estatuto de verdade construída ao longo dos séculos XVIII e XIX e solidificada no século XIX.

Com isso, o corpo torna-se legível em outros termos, sendo compreendido atravessado por poderes e saberes, elemento fundamental no processo de subjetivação do humano. Sobre o corpo incidirão diferentes tecnologias de poder e saber em tempos e espaços determinados devido à crescente necessidade histórica de controlar e disciplinar a vida por meio do dispositivo da sexualidade, de modo que a “disciplina do corpo” e as “regulações da população” constituem dois polos em torno dos quais se desenvolvem a organização do poder sobre a vida.

Consideramos que o corpo transexual coloca em labirinto a verdade do sexo dimórfico, tornando problemática a montagem do corpo sexuado. Torna-se, o corpo, lugar e instrumento de luta política que atua como movimento desmontagem e desprivatização do binômio feminino-masculino normatizado e tomado como excludente.

Entendemos o *corpo trans* como um viver *entre*, um viver agonístico. Uma existência que promove com o próprio corpo a *sua* verdade, fazendo dele um experimento de liberdade em luta constante com os códigos morais. É nesse contexto que o *corpo trans* emerge, não apenas como interpelação ao normativo, mas como ato de criação. Na experiência de si o *corpo trans* carrega ainda um paradoxo: desestabiliza a “panóptica dos gêneros” ao mesmo tempo em que não escapa de seus investimentos discursivos ao buscar uma “vida viável”, circunscrita na inteligibilidade da matriz heterossexual. Torna-se um intercessor, cuja experiência traz à cena uma contra-imagem

capaz de irromper e fazer calar discursos por ser uma linguagem que fala antes de qualquer palavra.

É um ponto de resistência por não se conformar pacificamente aos investimentos normativos, como um corpo inerte, passivo, desarmado, vulnerável, à espera de cumprir seu destino inelutável. Funciona, portanto, como índice disjuntivo por incitar uma dupla subversão: a primeira, da ligação “necessária” entre essência-corpo, no sentido de ligar substância masculina *ou* feminina ao corpo biológico; em segundo lugar, contesta a sobreposição da alma, da substância subjetiva sobre o corpo, isto é, coloca em evidência o corpo entendido como “luta entre afetos”. Um dizer verdadeiro que é também sarcasmo, prática política, acontecimento capaz de ferir (-se).

É um corpo cuja *parrhesia* fala nele e afirma que “não se trata de regular a própria vida segundo um discurso e de ter, por exemplo, um comportamento justo defendendo a própria ideia de justiça, mas de tornar diretamente legível no corpo a presença explosiva e selvagem de uma verdade nua, de fazer da própria existência o teatro provocador do escândalo da verdade” (GROS, 2004, p. 163). Expõe uma verdade forjada no tensionamento entre o risco da transgressão e o medo da sanção, (sim, eles têm voz!) o que não significa que prescindem de reconciliação com o mundo. É um corpo fronteiro, que baila graciosamente exibindo seu feminino-masculino ímpar. É múltiplo e singular. Inventa formas de embaraçar a gramática estável que o subalterniza (Afinal: é ‘ele’ ou ‘ela’?!). Produz o riso como dispositivo eficaz de dessacralização e de potencial corrosivo. Ocupa seu espaço e lugar algum. Não pede licença, irrompe. Está lá, pronto. Ponto.

É a partir desse potencial de criação e de desferir golpes contra as noções correntes do saber que pensamos que o *corpo trans* é capaz de destruir-criar novas formas de pensar as questões atinentes à sexualidade e ao gênero para buscar constituir perspectivas capazes de (re-) inventar o mundo, ainda que para isso faça ranger o próprio pensamento e suas verdades já cristalizadas, questionando os procedimentos que tornaram possível a manifestação de uma verdade sobre a sexualidade “abjeta”, “desviante”, “não hegemônica”, “periférica”.

A *experiência trans* pode ser vista como um exercício agonístico de liberdade, vivido na tensão poder-resistência, que em contextos de lutas específicas adquirem um valor coletivo. “A liberdade é da ordem dos *ensaios*, as *experiências*, dos *inventos*, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos” (SOUSA FILHO, 2011, p. 16). Esse pode ser um caminho possível de criação de uma “subjetividade-outra” em nossos “*ensaios* de existir”.

É nesse sentido que entendemos que o *corpo trans* serve de ponto de apoio capaz de se constituir como micropolítica de resistência, uma vez que a *experiência trans* nos convoca a

“pensar a existência como perspectiva-em-devir e não mais como totalidade consagrada” (HOPENHAYN, 2011, p. 258). Aqui, “a resistência não é unicamente uma negação. Ela é um processo de criação”, conforme nos lembra Foucault (2004, p. 268). Um corpo *em revolta* que nos convoca a pensar que cada singularidade está no mundo orientado por uma ética (um modo de conduzir-se) particular capaz de criar uma estética ímpar que não pode ser desprezada. A verdade cínica do *corpo trans* não cabe em quadros totalitários, uma vez que cada experiência tem um valor singular, finito, imanente e contingente, impossível de ser abarcado por sistemas universalizantes e homogeneizadores.

A agonística do *corpo trans* assume um *valor coletivo* na metamorfose experimentada por todos os corpos, sempre caótica e processual. “Nietzsche leva em consideração a carne, o corpo. Não um corpo idealizado ou teorizado. Mas um corpo que se alimenta, caminha, sofre, um corpo que entende, que gosta e vê, sente e toca” (ONFRAY, 2014, p. 132), o corpo que somos todos nós. Por isso consideramos que o *corpo trans* nos faz vestir sua pele ao nos posicionarmos frente à arbitrária e absurda exigência da idealização territorializada da norma, uma vez que ninguém consegue satisfazê-la, seja referida ao ideal de masculinidade ou de feminilidade.

Pedimos aqui uma licença poética para operar por “roubo” um deslocamento feito por Sílvio Gallo do conceito deleuziano de “literatura menor” e pensar a experiência do *corpo trans* como *existência menor*, dado seu *valor desterritorializado, político e coletivo*. Uma existência que expressa uma coletividade, dada impossibilidade de vivermos enclausurados naquelas territorialidades forçadas de masculinidade *ou* feminilidade, limitando-se ao par binário idealizado e excludente. Uma *existência menor* com potencial de se conectar a diferentes multiplicidades, distintos modos de ser e existir contestando os parâmetros sociais instituídos, uma vida singular e múltipla capaz de dobrar a “gramática normativa da língua”, criando vocábulos próprios à diferença que se quer viver e afirmar, uma “micropolítica do desejo” com seus agenciamentos coletivos capilarizados, suas lutas e resistências inscritas nos corpos e nos espaços de circulação.

Ensejamos neste texto uma agonística do *corpo trans* frente às diferentes normatividades, lançando outra percepção sobre a *experiência trans*, uma agonística aqui entendida como processo permanente de produção de singularidades. O que implica reconhecer a instabilidade das posições e dos modos de viver a sexualidade e que “não se tem em momento algum a interrupção definitiva da luta e a cristalização do real em uma de suas possíveis configurações complexas” (CASANOVA, 2011, p. 199). De alguma forma desejamos produzir um efeito ético-político a partir desses escritos, de modo a “incitar a produção de um outro de nós mesmos” (MARTINS, 2009, p. 52).

Acima de tudo, nosso desejo é produzir ferramentas para que, diante do imponderável, frente ao poder daqueles que atravancam nosso caminho, sermos passarinhos¹.

REFERÊNCIAS

CASANOVA, M. Zaratustra ou o ponto máximo de integração: "o que pode o corpo?" In: DIAS, Rosa; VANDERLEI, Sabina; BARROS, Tiago. **Leituras de Zaratustra**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Uma entrevista: Sexo, poder e a política de identidade. In: **Revista Rever**, 2004.

GALLO, S. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GROS, F. A parrhesia em Foucault (1982-1984). In: ARTIÈRES, P. E. A. **Foucault e a coragem de verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Prábola, 2004.

HOPENHAYN, M. Estilhaços de utopia. Vontade de poder, vibração transcultural e o eterno retorno. In: JORGE, L.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LAQUEUR, T. W. Da Linguagem e da carne. In: **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2011. p. 13-40.

MARTINS, C. J. Figurações de uma atitude filosófica não-facista. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. **Para uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Coleção Estudos Foucaultianos.

MISKOLCI, R. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. **Para uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Coleção Estudo Foucaultianos.

ONFRAY, M. **A sabedoria trágica: sobre o bom uso de Nietzsche**. Tradução de Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOUSA FILHO, A. D. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: MUNIZ, D. D. A. J.; VEIGA-NETO, A.; FILHO, A. D. S. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA, P. P. Escrita de si e coragem de verdade as práticas de verdade em Michel Foucault. In: RAGO, M.; MURGEL, A. C. A. D. T. **Paisagens e trans: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.

¹Metáfora utilizada por Veiga-Neto (2009) em *O currículo e seus três adversários: os funcionários da verdade, os técnicos do desejo e o fascismo*, em referência ao *Poeminha do Contra*, de Mário Quintana. "Todos esses que aí estão/ Atravancando meu caminho,/ Eles passarão.../ Eu passarinho!"